

Um Drama biografado

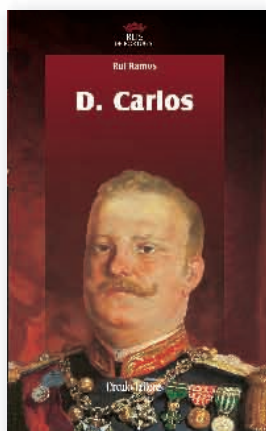
Em *D. Carlos*, da autoria de Rui Ramos, o autor procede a uma análise atraente e rigorosa da vida do monarca e do período muito complexo em que viveu. Rui Ramos fez larga investigação sobre a segunda metade do século XIX e início do século XX, que se materializou, designadamente, no volume que dirigiu da *História de Portugal*, coordenada por José Mattoso (“A Segunda Fundação”) ou nos diversos estudos que realizou sobre a “Vida Nova”, designadamente sobre a figura de João Franco. O livro agora dado à estampa dá um passo adiante em relação ao que conhecíamos, e esse é um motivo acrescido de interesse. Nesta leitura seguimos, a par e passo e a partir de documentos e testemunhos coevos, a um ritmo alucinante, os acontecimentos, as intrigas, os golpes e os contra-golpes. E sentimos que a sucessão de acontecimentos se apresenta como uma tragédia. Tudo se vai encaminhando estranhamente para um destino que todos querem evitar, mas que vai sendo cuidadosamente urdido no sentido mais perverso. Por mais que sejam tentadas soluções que poderiam permitir ao país sair da crise e do atraso, a verdade é que se acumulam os erros e as condições que Junqueiro prenuncia em “Finis Patriae”.

O tema central é o fim da monarquia constitucional e, tanto do lado dos que a procuram salvar, como da parte dos que pretendem pôr-lhe termo, sentimos que tudo parece desenhado nos astros... Talvez, porém, tudo tenha sido adiado desde o momento em que, ainda no reinado de D. Luís, em 1881 ou em 1883, houve quem pensasse já no fim do regime. A decadência prolongou-se e D. Carlos (1863-1908) julgou que poderia dar um novo fôlego às instituições constitucionais. Na década de noventa houve diversas tentativas, a começar no círculo próximo do rei, numa preocupação de encontrar sangue novo (de que a escolha de Oliveira Martins em 1892 foi exemplo) que pudesse romper com a falta de confiança. Mas só em 1906, depois de várias tentativas com os partidos tradicionais, D. Carlos procurou mudar o sistema, ciente de que regeneradores e progressistas já apareciam aos olhos do país como uma amálgama indiferenciada de interesses e de conformismo. E, como vira Braamcamp nos anos oitenta, ao contrário de José Luciano na dé-

cada seguinte, se o regime não criasse uma alternativa credível e moderna condenar-se-ia. No entanto, “ao político em que apostou (João Franco) para protagonizar a mudança do sistema partidário faltava talvez em tacto o que sobejava em vontade”. E o certo é que o rei estava tão confiante em que poderia dominar a situação que, no dia funesto de 1 de Fevereiro de 1908, fim inexorável de quase tudo, se dispôs a entrar em Lisboa, sem escolta, apesar da agitação reinante. Talvez a história tivesse sido diferente, se o rei e o príncipe real não tivessem morrido. Franco poderia ter ganhado as eleições, já convocadas para 5 de Abril, abrindo caminho a uma nova fase de alternância política entre a “ordem” e o “progresso”, num bipartidarismo à inglesa, bem como à resolução do problema financeiro, pondo termo ao tema terrível dos “adiantamentos à casa real”. No entanto, a história não se faz com suposições, e naquele dia, na Praça do Comércio, a dinastia finou-se de facto, com a morte física do rei e, a seguir, com um golpe palaciano (o “segundo regicídio”) que fez regressar à ribalta a velha guarda partidária, dirigida por José Luciano de Castro.

“Como disse Agostinho de Campos, é fácil matar um rei, mas ninguém sabe o que pode morrer com ele” – diz Rui Ramos, com razão. “Às vezes, é todo um mundo. Neste caso, o mundo da monarquia constitucional e do liberalismo, um mundo que apenas sobreviveu mais dois anos ao regicídio, para desaparecer de vez em Outubro de 1910. E foi o fim desse mundo, subitamente distante e exótico, que até hoje nos tem impedido de compreender D. Carlos”. Eis a questão. Ao longo da obra assistimos à análise minuciosa da

tentativa de sustentar a queda inexorável de um baralho de cartas periclitante. Do que lemos, facilmente percebemos que D. Carlos esteve no sítio errado no momento errado, apesar de ser “um dos mais inteligentes e capazes reis do seu tempo”. Era um artista reconhecido e um cientista com provas dadas. Mas deixou-se enleiar na teia complexa da política do momento, interpretou com demasiada amplitude os poderes que a Carta lhe atribuía, e perdeu o controlo da situação. Deveria ter agido diversamente? O certo é que percebeu desde o início que não poderia ser conciliador com o conformismo e com a decadência do sistema de partidos. E julgou que João Franco poderia abrir novos horizontes – talvez um novo Fontes. E talvez tivesse podido ser, se se tivessem criado dois pólos políticos alternantes, no entanto os escândalos, a descrença geral e a acção



D. Carlos
Rui Ramos

Círculo de Leitores,
2006

do Partido Republicano nas cidades (que fez das fraquezas forças) impediu essa via, e os dois regicídios fizeram o resto...

Agustina Bessa-Luís disse, com ironia: “Era um rei demasiado inteligente para rei. Os reis e os poetas não devem ser inteligentes”. Tinha 26 anos quando foi aclamado e apenas 44 quando foi morto. Teve consci-

te a insustentável crise do rotativismo, evidente desde as mortes de Anselmo José (Braamcamp) e de António Maria (Fontes Pereira de Melo), a verdade é que tudo se tornou muito mais difícil, já que se estava numa “monarquia sem monárquicos”. Ramalho Ortigão e os seus amigos propuseram mesmo que D. Carlos fizesse “a revolução que o povo não fez”. O poder moderador

poderia funcionar. O rei procurou ser árbitro, mas depressa percebeu que as forças políticas eram contraditórias e que os poderosos interesses instalados se revelavam incapazes de encontrar uma solução que aliasse a representação, a legitimidade popular e a força reformista – que a burguesia das cidades exigia. João Franco ainda propôs bater-se no mesmo campo dos republicanos e ao rei esse discurso souou com sentido. No entanto, a crise revelou-se, cada vez mais, sem saída, e a alternativa republicana, ainda que frágil, aproveitou-se das circunstâncias. As nuvens foram-se adensando, os dissidentes dos partidos dinásticos foram aumentando em número e em influência, o rei tornou-se símbolo de uma situação insustentável. Eis os ingredientes ideais da tragédia.

Mas, além da tragédia, estamos diante da biografia de um drama. Os actores movem-se estranha-

mente. Dir-se-ia que descrevem da função que têm para desempenhar. Daí a debandada das hostes dinásticas e a multiplicação de cisões partidárias. O rei procurou, sem sucesso, ocupar um espaço vazio, porque não encontrou as personagens de que precisava, que representassem a vontade de mudança e de reforma, não meramente de fachada, mas de substância, com alternativas efectivas dentro do sistema. E pagou com a vida...

ência dos riscos que corria e da necessidade de mudar o curso dos acontecimentos. Não se eximiu às suas responsabilidades, mas tinha uma porta muito estreita diante de si. “Preso por ter cão, preso por não ter”. Uns acusaram-no de intervir de mais, outros de não agir como deveria. A questão inglesa (o Mapa Cor-de-Rosa e o Ultimato) marcou o início do reinado e definiu o quadro da tragédia. Herdados os erros passados, peran-

